

**O TRABALHO OSTENSIVO DA POLÍCIA MILITAR PARA O COMBATE A
CRIMINALIDADE EM GOIÂNIA**
THE OSTENSIVE WORK OF THE PM TO COMBAT CRIMINALITY IN GOIÂNIA

Antonio Lobianco Neto*
Major Alan Carlos Pires de Moraes**

RESUMO

O presente estudo buscou entender como o trabalho ostensivo da Polícia Militar contribui no combate da criminalidade na cidade de Goiânia. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo, através de entrevistas, de modo a elencar quais os pontos do policiamento ostensivo possibilita maior impacto no combate ao crime na capital goiana. O objetivo da pesquisa, é compreender como o policiamento ostensivo ajuda a combater o crime em Goiânia. Para tanto, entende que o trabalho ostensivo da Polícia Militar trabalha no sentido de anteceder o crime, de agir antes que o pior ocorra, possibilitando uma redução nos níveis de criminalidade, ou seja, no no campo da prevenção. Logo, a Polícia Militar é um órgão de prevenção a criminalidade, mas suas atribuições vai além disso, é também os principais agentes a chegar em locais de crimes, media conflitos, combatendo de forma eficaz a criminalidade.

Palavras-chave: Polícia Militar. Policiamento ostensivo. Criminalidade. Goiânia.

ABSTRACT

The present study sought to understand how the overt work of the Military Police contributes to the fight against crime in the city of Goiânia. To this end, field research was carried out, through interviews, in order to list which points of overt policing have the greatest impact on combating crime in the capital of Goiás. The objective of the research is to understand how overt policing helps to combat crime in Goiânia. To this end, it understands that the overt work of the Military Police works to precede the crime, to act before the worst occurs, enabling a reduction in crime levels, that is, in the field of prevention. Therefore, the Military Police is a crime prevention body, but its duties go beyond that, it is also the main agents to arrive at crime scenes, mediate conflicts, effectively combating crime.

Keywords: Military police. Overt policing. Crime. Goiânia.

* Aluno do Curso de CFP 2023, Turma GOLF, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: alobianco_@outlook.com.

** Professor orientador, Especialização em GESTÃO DE CIÊNCIAS POLICIAIS: COM ÊNFASE EM DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR. Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás, Goiânia – GO, 2023.

1 INTRODUÇÃO

Ao contrário das forças armadas cuja função básica é a defesa do território nacional, os objetivos da Polícia Militar (PM) envolvem a manutenção da ordem pública interna, como símbolo do sentido de justiça, desempenham um papel fundamental na aplicação e salvaguarda das normas sociais.

A PM combate o crime e a criminalidade protegendo também os cidadãos, seja como ação preventiva para evitar alterações na ordem pública seja como solucionadora de conflitos de interesse gerais. Atuar de acordo com o mais completo ordenamento jurídico e lógica processual deve ser o objetivo principal desta força. Em funções práticas, a polícia atua de forma preventiva, buscando, além de proteger os cidadãos, preservando a ordem pública, ela também exerce a função de combate ao crime e à criminalidade.

De acordo com suas atribuições e os princípios da administração pública, especialmente o princípio da eficiência (artigo 37 da Constituição Federal), a PM deve utilizar os métodos, técnicas e ferramentas das atividades para desempenhar bem e com fidelidade suas atribuições constitucionais. A existência de numerosos problemas sociais relacionados com o crescimento exponencial da taxa de criminalidade não é nova, incluindo a ineficiência dos órgãos de segurança pública na prevenção do crime e a demora do poder judicial em fazer um julgamento claro sobre o processo judicial resultante do crime.

Nesse contexto, promover a segurança pública tornou-se um desafio formidável para os gestores públicos e ganhou cada vez mais espaço nas discussões acadêmicas e cotidianas da sociedade civil organizada. Desta forma, torna-se evidente a importância da polícia ostensivamente policial como ferramenta de prevenção de ilícitos penais, com o objetivo de melhorar os serviços de segurança pública prestados pelo Estado, razão pela qual é necessário documentar brevemente a situação atual e observar as normas relativas à revisão de infrações penais (SILVA, 2006).

Como principal objetivo de pesquisa procura-se compreender como o policiamento ostensivo auxilia no combate a violência na cidade de Goiânia. Logo indaga-se: Como o trabalho ostensivo da PM auxilia no combate a criminalidade em Goiânia?

2 POLICIAMENTO OSTENSIVO

Uma democracia é conhecida como o regime político de direcionamento do Estado em que os métodos de tomada de decisão dão legitimidade às decisões expressas pela maioria. O Estado de direito significa que os direitos fundamentais são os limites e as ligações de uma democracia política para a maioria. A democracia como método de tomada de decisão (regras de competência e regras de procedimento que garantem a expressão da opinião popular) mostra que o consenso da maioria não é suficiente para garantir a qualidade das instituições políticas (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2018).

O nazismo e o fascismo chegaram ao poder através de eleições e causaram distorções democráticas. A necessidade de ligar a democracia aos direitos fundamentais tornou-se evidente e as instituições políticas avançaram no sentido de uma constitucionalização estrita dos direitos fundamentais. A Constituição exige que a criação de direitos tenha aspectos formais e substantivos. Normas constitucionais estritas garantem direitos fundamentais e poderes subordinados. São contratos legítimos de coexistência que estabelecem o vínculo necessário entre a democracia e os direitos fundamentais (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2018).

A realização dos direitos básicos ocorre em múltiplas dimensões, como política, civilidade, liberdade e sociedade. Todas essas dimensões são realizadas pela garantia desses direitos e estão inter-relacionadas. Através da proteção destes direitos, os cidadãos têm um sentimento de pertença e de igualdade (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2018).

Este paradigma de proteção jurídica envolve direitos de liberdade, direitos sociais, poder público e poder privado. A ideia de que o poder do Estado se opõe aos direitos básicos, às garantias negativas e à proibição de danos evoluiu para a ideia de que o Estado promove os direitos básicos. E, a este respeito, tanto os direitos de liberdade como os direitos sociais exigem limitação e proibição de danos, bem como obrigações de bem-estar (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2018).

2.1 O Trabalho do Policial

O trabalho de um policial é árduo. Profissional que arrisca a própria vida para salvar a vida de outra pessoa ou grupo de pessoas. Sua principal função é combater o crime e garantir a ordem pública, mas com o passar dos anos acabam acumulando outras funções e responsabilidades inerentes a esta função (GOMES, 2021). Isto traz maior

responsabilidade e, portanto, maior pressão profissional sobre eles.

Os órgãos policiais são instituições responsáveis pela manutenção da ordem e segurança públicas e, portanto, a profissão policial é conduzida por meio de regras, regulamentos e cultura próprios, aos quais esses profissionais devem aderir rigorosamente com aquilo com que entram em contato, conforme evidenciado pela hierarquia e disciplina (GOMES, 2021).

Durante muitos anos, o policial acabou resolvendo mais casos emergenciais do que a prevenção como ressalta Gomes (2021). Com isso, o papel da polícia acabou sendo questionado por alguns por ser ineficaz e carente de identidade. Diante de uma ação imediata, sem um plano evidente, esses profissionais acabam utilizando o princípio da força para resolver determinadas situações.

Ao longo dos anos, a polícia parece ter perdido a sua identidade, acumulando funções que não se enquadram no âmbito da sua autonomia e atuando em emergências que exigem o uso da força contra qualquer tipo de situação. Dessa forma, ações como prender criminosos, escoltar instituições importantes, reprimir brigas e conter multidões passaram a ser suas principais responsabilidades (GOMES, 2021).

Dessa forma, Costa (2017) critica o real propósito das ações policiais. Na maioria dos casos, o trabalho da polícia é manter a ordem e deixar o crime para trás. Obviamente, manter a ordem é uma das atribuições da polícia, mas combater o crime é necessário numa realidade tão violenta.

Portanto, deveres como manter a paz e a ordem na cidade são considerados prioritários. Logo, esses profissionais estão constantemente envolvidos em situações de emergência, a fim de reduzir o pânico e o medo das pessoas com a ajuda das forças policiais (MINAYO et al., 2008).

Dadas essas responsabilidades, a polícia acaba se tornando uma instituição assistencial, ou seja, em toda e qualquer emergência, mesmo aquelas pelas quais não é responsável, acaba intervindo para manter a ordem local e perde gradativamente o foco e a identidade (MINAYO et al., 2008).

Diante disso, a população em geral permanece desconhecadora do real papel da polícia, pois ela acaba acumulando a função de usar o poder e a força para gerir as relações sociais existentes entre a nossa população. Portanto, Costa (2017) descreve algumas das atribuições da polícia, tais como: controlar o trânsito, patrulhar, prender, acalmar, orientar, etc.

De modo geral, suas responsabilidades são bastante diversas e exigem diferentes

competências desses profissionais. Essas características estão diretamente relacionadas às necessidades da população. Diante de tantas responsabilidades, os policiais devem estar preparados para qualquer eventualidade na qual a sociedade exige, como forma de manter a ordem (GOMES, 2021).

Os policiais geralmente devem usar uniformes, mas há algumas ressalvas e também podem utilizar diversos meios de transporte, como: carros, bicicletas, a pé, a cavalo, helicópteros, etc. Os mesmos podem trabalhar individualmente ou em grupo em áreas urbanas, rurais ou florestais (GOMES, 2021).

O trabalho diário dos policiais é muito exigente, eles estão sempre preocupados com possíveis perigos. Seus regimes de trabalho são muitas vezes escalonados e variam de estado para estado, mas devem ser capazes de lidar com qualquer eventualidade na qual é convocado (GOMES, 2021).

A profissão policial além de cansativa também é perigosa, então surge o problema desses profissionais abrirem mão de seus direitos constitucionais quando doam suas vidas para proteger a vida de um grupo ou de uma sociedade. Diante das emergências. Diante de tantas atribuições, a profissão policial acaba acumulando funções devido ao seu grande número de tarefas e situações perigosas.

2.2 Evolução no trabalho do Policial

As atividades policiais foram regulamentadas constitucionalmente a partir da Constituição Imperial de 1824. De 1824 até o início da década de 1960, a forma organizacional da polícia não sofreu mudanças significativas. A partir de 1964, o movimento militar que promulgou o Ato Institucional de 4 de junho de 1964 depôs o presidente João Goulart e o marechal Humberto de Castro Blanco foi eleito para um mandato de três anos. Sob os auspícios desta Constituição, foram estabelecidos regulamentos sobre a autonomia do pessoal da Guarda Nacional e foram estabelecidas leis especiais para regular os direitos e deveres da PM (SILVA, 2006).

Entre 1967 e 1987, a Constituição de 1967/69 começou a ser promulgada, ela não fez menção ao papel da polícia e a ignorou completamente. No entanto, o artigo 86º estabelece que toda pessoa singular ou coletiva é responsável pela segurança nacional dentro dos limites previstos na lei. Em 1969, foi atribuída a polícia a responsabilidade de manter a ordem pública, em vez de somente apoiar a segurança interna. Em 1967, foi criada a Inspeção Geral da PM (IGPM), órgão de fiscalização do Exército que ainda hoje

funciona (SILVA, 2006).

O termo Polícia Militar começou a se solidificar com a promulgação do Decreto nº 1.072, de 30 de dezembro de 1969, do então presidente Emilio Galastazu Medici, que aboliu a Guarda Nacional em 15 estados federais. A Guarda foi integrada nas forças públicas nacionais existentes, enquanto os membros da Guarda Nacional sem equivalente de oficial foram gradualmente abolidos (SILVA, 2006).

As funções do Tribunal Militar do Estado são descritas como a acusação e julgamento de crimes militares cometidos pela PM (crime previsto no Código Penal Militar). Incluem-se também neste caso, as infrações de natureza civil, desde que cometidas no exercício de funções policiais. A justiça militar do Estado continua a existir e a cumprir as suas funções. (NASCIMENTO BERNARDO; DA SILVA, 2018).

Posteriormente, em 30 de setembro de 1983, o então presidente João Figueiredo editou o Decreto nº 88.777, também conhecido como R-200, que regulamentou a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar. O documento afirma que o Exército é responsável pelo controle e coordenação dos PMs e bombeiros (NASCIMENTO BERNARDO; DA SILVA, 2018).

Pelo mesmo decreto, a PM estava autorizada a ser acionada em caso de guerra externa para prevenir ou suprimir distúrbios graves ou ameaças de surto, bem como emergências em caso de calamidade pública declarada pelo governo federal e pelos estados. Nessa altura, a polícia também participava em exercícios nas forças armadas e eram considerados necessários para operações específicas de defesa interna e territorial (NASCIMENTO BERNARDO; DA SILVA, 2018).

Os Comandantes da PM eram oficiais da ativa do Exército Brasileiro. As mudanças mais recentes para interferir no trabalho policial vão de 1988 até o presente. A constituição de 1988 descreve o estatuto da polícia como "pessoal militar do estado", sendo atribuídas à essa força responsabilidades ostensivas e policiamento preventivo e, se a primeira opção falhar, opta-se pelo policiamento repressivo (NASCIMENTO BERNARDO; DA SILVA, 2018).

Ao focar na Constituição de 1988, sob a qual a polícia está interligada, pode-se dizer que este documento no seu preâmbulo afirma os valores mais elevados dos direitos sociais e individuais, da liberdade, da segurança, da igualdade e da justiça como uma nação pluralista e inclusiva. Uma sociedade sem julgamentos e comprometida com a resolução pacífica de disputas internas na ordem internacional (NASCIMENTO BERNARDO; DA SILVA, 2018).

O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 afirma que os fundamentos do Estado brasileiro são a soberania, a cidadania, a dignidade humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. O termo cidadão tem um significado mais amplo do que o de titular de direitos políticos: qualifica um participante na vida do país e implica o estabelecimento de regras sociais e igualitárias universais relativas ao seu papel social (SILVA, 2006).

Vale ressaltar que a evolução histórica da PM apresenta um caráter híbrido de suas finalidades militares e/ou policiais como importante característica organizacional. As exigências e pressões do ambiente político e institucional sempre foram cruciais na concepção do trabalho dessa organização e ser mais ação policial ou mais ação militar. Como missão, a defesa da nação estabeleceu-se como prioridade durante o ciclo histórico em que foram criadas as polícias militares, em detrimento da “real” atividade policial para a qual foram criadas (SILVA, 2006).

Sendo os únicos detentores da força legal, a polícia encontra-se atualmente num momento de tomada de decisão. O novo paradigma da força policial moderna permite-lhe desempenhar um papel importante na salvaguarda, defesa e protecção dos direitos dos cidadãos, que é o que o Estado moderno deve pelo menos proporcionar à sociedade (SILVA, 2006).

3 METODOLOGIA

Para esta pesquisa será utilizado a método de pesquisa quantitativa, onde será feito uma pesquisa de campo sobre a problemática elencada. De acordo Paschoarelli *et al* (2015) com a pesquisa qualitativa é a interpretar fenômenos coletando dados numéricos e analisá-los usando métodos matemáticos. Dessa forma será feito primeiro uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de levantar o referencial teórico necessário para subsidiar a pesquisa. Logo em seguida, será feita uma pesquisa de campo através de questionários on-line (Google forms), para aproximadamente uma amostra de 25 servidores efetivos da PM-GO. Para a revisão bibliográfica será considerados artigos do ano de 2000 até 2023, que estejam redigidos na língua portuguesa. Para a pesquisa de campo serão feitas perguntas sobre o trabalho ostensivo como forma de melhoria na criminalidade. Serão selecionados policiais que atuam na PMGO.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Historicamente, as forças policiais surgiram da necessidade e do desejo de proteção e segurança da vida humana, como também, da manutenção dos bens adquiridos. Ao mesmo tempo que combate a criminalidade e as contravenções, também protegem os cidadãos, seja tomando medidas preventivas para evitar alterações na ordem pública ou como investigadores de conflitos de interesses. Agir de acordo com a mais completa ordem jurídica e lógica processual deve ser o objetivo principal desta força. Ostensivamente, além de proteger os cidadãos, a polícia toma medidas preventivas e procura evitar alterações na ordem pública na luta contra o crime e os comportamentos ilegais (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2018).

Logo essa pesquisa tem a finalidade de verificar como o policiamento ostensivo da Polícia Militar do Estado de Goiás auxilia no combate a criminalidade na cidade de Goiânia. Para tal foi feito um questionário, obtendo respostas de 25 policiais que atuam no policiamento da capital goiana.

A pesquisa aconteceu no mês de outubro do ano de 2023. Entre os entrevistados 89,5% são do sexo masculino e 10,5% do sexo feminino. Com relação ao tempo de atuação 42,1% atuam entre 5 a 9 anos dentro da corporação, 36,8% menos de 4 anos e 21,1% mais de 10 anos.

A Polícia Militar é composta por policiais que mantêm a ordem pública por meio de negociações, pacificação, patrulhamento e, quando necessário, atividades repressivas. O objetivo de suas ações é prevenir violações da ordem social e do crime (GOMES, 2021).

A atividade policial inclui o desempenho de funções através das responsabilidades estabelecidas na lei. Falar sobre a lei significa falar sobre os direitos e deveres dos cidadãos e da polícia. Quando essa união jurídica não se manifesta de alguma forma, começam a surgir contradições relacionadas ao trabalho policial. Neste ponto, o operador percebe que embora o seu dever seja garantir e proteger os direitos dos outros, ele próprio descobre que os seus próprios direitos não são devidamente respeitados (SILVA, 2006).

As missões policiais são atividades tipicamente multifuncionais, pois são realizadas independentemente de o agente estar trabalhando em unidade especializada. Baseia-se principalmente na procura de resolver conflitos sociais e garantir e manter a paz social. Padrões, princípios e comportamentos previstos em lei devem ser seguidos (SILVA, 2006).

Polícia ostensiva é uma expressão nova, não só no texto constitucional, mas também em termos profissionais. Foi adotado por duas razões: primeiro, para estabelecer a exclusividade constitucional; segundo, para marcar uma expansão das capacidades da polícia militar, além do policiamento público. Para compreender bem o segundo aspecto, é necessário lembrar que o policiamento é apenas uma das etapas da atividade policial. As ações desenvolvidas pelo Estado no exercício do poder policial são divididas em quatro etapas: ordem policial, consentimento policial, fiscalização policial e sanção policial. O policiamento corresponde apenas às atividades de fiscalização; portanto, o termo “ostensivamente policial” estende a atuação da Polícia Militar a toda a fase do exercício dos poderes policiais. Adjetivo ostensivo, refere-se substancialmente a operações de dissuasão pública, caracterizadas por policiais uniformizados e armados e reforçadas pelo equipamento militar utilizado de caracterização mais letal.

Logo devido ao seu trabalho ostensivo, lida diariamente com a criminalidade, bem como sua prevenção. Geralmente é a insituição do Estado que chega primeiro no ato de algum crime, ou até mesmo em momentos de desordem pública. Logo, diante dos entrevistados ao serem questionados se acham a cidade de Goiânia uma cidade violenta, a maior parte dos entrevistado responderam que razoavelmente, porém o que chama atenção é que nenhum dos participantes considerou a cidade como perigosa, conforme mostra a figura 1. De acordo com o Painel de Monitoramento de Mortalidade da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA), do Ministério da Saúde, e ainda pelo Censo 2022, Goiânia está entre as 10 cidades mais seguras do Brasil no ano de 2023.

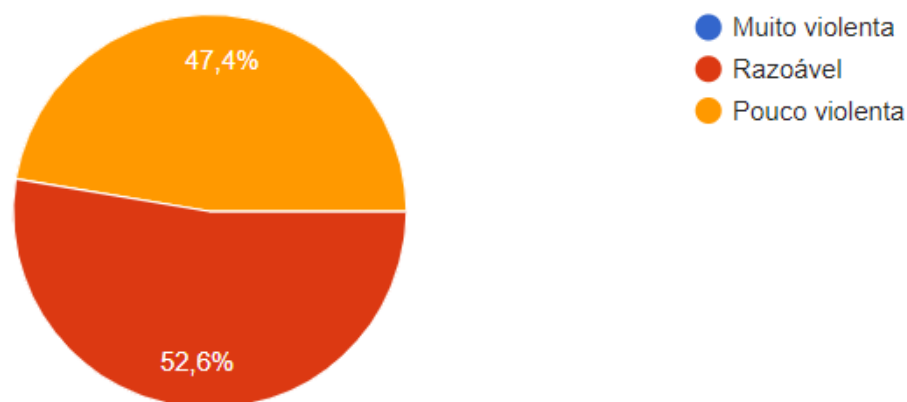


Figura 1: Como você avalia os índices de violência na capital goiana?
Fonte: Próprio autor, 2023

O próximo questionamento foi em relação ao policiamento ostensivo feito pelos policiais militares, se os entrevistados acreditavam que ele auxilia no combate a

criminalidade, e a resposta foi unânime que sim, conforme demonstra a figura 2 a seguir.

O trabalho da Polícia Militar é caracterizado pela sua presença pública. O poder do Estado desempenha um papel de conter as tensões sociais, embora permaneça adormecido na procura de oportunidades. Esta afirmação procura demonstrar que na complexa equação da segurança pública proporcionada pelo Estado, mesmo com um policiamento ostensivo bom existem variáveis independentes em jogo como: o desemprego, a destruição de valores morais, pobreza, miséria, além é claro da violência externa.

Ao serem questionados acerca dos crimes que mais recebem chamada de ocorrência durante seu turno de trabalho, os mesmos relataram respectivamente: Crimes contra o patrimônio (42,1%), outros (36,8%), crimes contra a mulher (15,8%), crimes de homicídio (5,3%), conforme demonstra a figura 3.

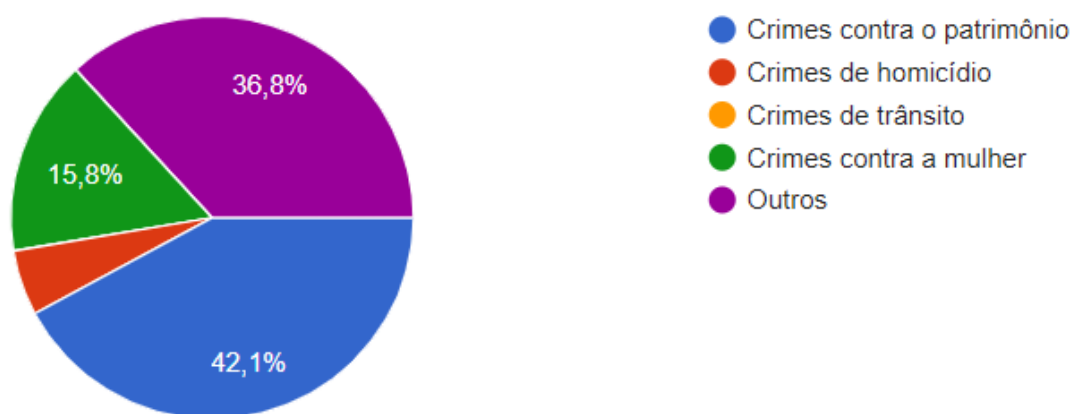


Figura 3: Durante as suas ocorrências, quais os crimes que mais é acionado?
Fonte: Próprio autor, 2023

Uma problemática visualizada no decorrer da pesquisa foi em relação ao efetivo hoje de PM, a grande maioria dos entrevistados acredita que o efetivo a PM-GO possui hoje não seja suficiente para abarcar a demanda existente hoje na capital goiana, mesmo sendo considerada uma cidade tranquila, conforme figura 4. Logo, percebe-se a necessidade de abertura de concurso público ou o chamamento de mais aprovados no último certame.

Para Silva (2006), conforme a Organização das Nações Unidas (ONU), o efetivo mínimo necessário para o serviço de policiamento de rua que é realizado pelas PMs deve estabelecer a proporcionalidade de 1 policial para cada 250 habitantes. Além disso, existem outras variáveis, que mesmo com chamamento rápido, o policial precisa passar

por um treinamento antes de adentrar as ruas. Para atingir os seus objetivos, no sentido de proporcionar segurança pública, o Estado utiliza meios baseados no comportamento racional: realizando organização administrativa, fornecendo policiamento público, implementando o seu sistema logístico para reforçar questões operacionais, direcionar, treinar, monitorar dos colaboradores, realizar treinamentos e capacitações, aplicar sistemas de controles individuais e coletivos a fim de monitorar e diagnosticar os processos executados.

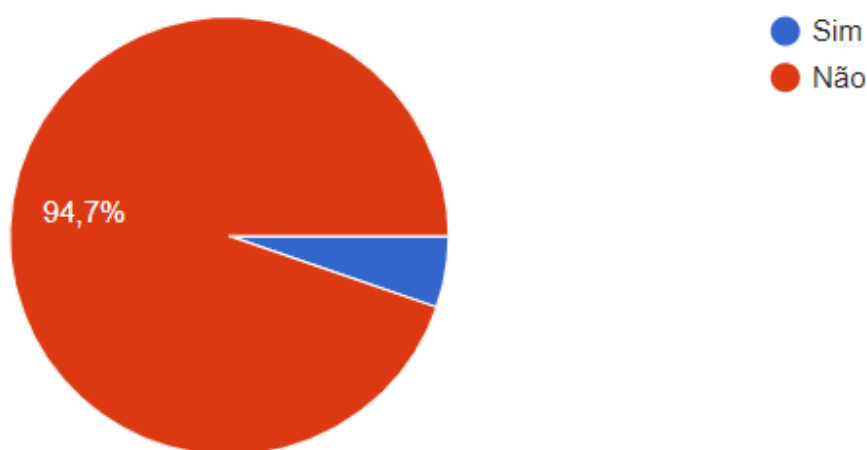


Figura 4: O efetivo da PM-GO hoje é suficiente para a demanda atual?

Fonte: Próprio autor, 2023

A última questão foi aberta, onde se questionou quais atos ilícitos são mais recorrentes durante o seu policiamento ostensivo. Um dos mais citados, foi casos de violência doméstica. Uma série de leis e normas nacionais e internacionais sublinham a necessidade urgente de reconhecer que a violência doméstica contra mulheres é inaceitável e, acima de tudo, que os governos, as organizações internacionais, as empresas, as instituições de ensino e de investigação e os meios de comunicação social devem comprometer-se a não tolerar esta situação. Este é um problema grave que impede a realização de todo o potencial da trajetória de desenvolvimento de um indivíduo, vitimiza famílias inteiras e, portanto, limita o desenvolvimento global da sociedade.

Outra problemática bastante elencada foi as consequências geradas pelo uso de drogas, e a perturbação do sossego. O uso de drogas lícitas e ilícitas é, sem dúvida, uma questão social. Existem inúmeras razões pelas quais uma pessoa pode começar a usar essas substâncias, incluindo: frustração, curiosidade, prazer, experiências "criativas", "viagens", fuga de problemas e muito mais. Muitas vezes, essa exposição inicial às drogas ocorre pela dificuldade de enfrentar diversas situações do cotidiano.

A função do trabalho policial é atuar como defensora do controle social e não resolver os graves problemas decorrentes da dívida histórica do Estado brasileiro diante da desigualdade social. Compreender os serviços públicos como organizações onde a satisfação do solicitante depende da satisfação do fornecedor é fundamental para operar serviços com comprometimento e qualidade.

Logo, o trabalho ostensivo mesmo sendo árduo é fundamental para combater a criminalidade. Desta forma, torna-se evidente a importância do policiamento ostensivo como ferramenta de prevenção da criminalidade para melhorar os serviços de segurança pública prestados pelo Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão tem o objetivo de verificar como o trabalho ostensivo da Polícia Militar contribui para o combate a criminalidade na capital Goiana, para isso foi realizado uma pesquisa de campo, através de um questionários com 25 policiais que atuam na Polícia Militar de Goiás.

Diante dos dados coletados nessa pesquisa pode-se constatar que apesar da capital goiana ser considerada entre os entrevistados uma cidade tranquila, no que diz respeito aos índices de criminalidade, o efetivo de policiais presentes hoje não é suficiente para suprir a demanda, o que pode levar a um acúmulo de trabalho aos que estão e ainda contribuir para o aumento da criminalidade.

Através da pesquisa em questão, foi confirmado que embora a segurança pública seja uma responsabilidade atribuída pela Constituição a todas as pessoas, as funções de policiamento público e de manutenção da ordem pública devem ser desempenhadas pela Polícia Militar.

A Polícia Militar atua de forma a garantir que os interesses públicos prevaleçam sobre os interesses privados e para manter a ordem pública, social e redução as oportunidades para o crime e o incumprimento da legislação existente.

A Polícia Militar como integrante deste meio está diretamente ligada à atividade de ostensiva, uma vez que também está inserida na legislação vigente, buscando preservar a ordem pública por meio do Policiamento contínuo. Buscou-se com esta pesquisa comprovar que o policiamento ostensivo realizado pela Polícia Militar vem em prol da prevenção, combate e consequente redução da criminalidade.

REFERÊNCIAS

DA COSTA, Leon Denis. **Policciamento escolar: o trabalho policial em Goiânia-GO.** Revista Brasileira de Estudos em Segurança Pública, [S.l.], v. 10, n. 1, July 2017.

GOMES, Antonio José Ferreira. **O Trabalho Policial e suas Implicações na Saúde Mental.** Formiga (MG): Universidade Atual Editora, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *ET al.* **Estrutura organizativa. In: Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

NASCIMENTO BERNARDO, Paulo Alexandre e DA SILVA, Dogivan José. **A evolução do trabalho policial, quanto aos aspectos organizacionais e ostensivos na área do 5º crpm.** Disponível em: <http://dspace.pm.go.gov.br:8080/pmgo/handle/123456789/803>. Acesso em: 01 out. 2023.

NASCIMENTO, Nélio Reis Biá e NASCIMENTO, Paula Rafaela Tagata Biá. **Policciamento ostensivo como ferramenta de prevenção a ilícitos.** Revista Eletrônica Casa de Makunaima. Vol. 1 - Nº 1 / Jan./Jun. (2018).

PASCHOARELLI, Luis C., MEDOLA, Fausto O.; BONFIM, Gabriel H. C. **Características Qualitativas, Quantitativas e Quali-quantitativas de Abordagens Científicas.** Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/design-tecnologia-sociedade/article/download/15699/14030/26701#:~:text=De%20acordo%20com%20Aliaga%20e,particular%2C%20os%20estat%C3%ADsticos\)%E2%80%9D](https://periodicos.unb.br/index.php/design-tecnologia-sociedade/article/download/15699/14030/26701#:~:text=De%20acordo%20com%20Aliaga%20e,particular%2C%20os%20estat%C3%ADsticos)%E2%80%9D). Acesso e: 12 dez. 2023.

SILVA, Carlos Augusto Gomes Souza E. **O Trabalho Na Organização Policial Militar: Natureza E Significados Atribuídos Pelo Operador Do Policiamento Ostensivo Fardado.** Universidade Federal Da Bahia, Salvador, 2006.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e participar na pesquisa de campo referente a pesquisa intitulada **O TRABALHO OSTENSIVO DA PM PARA O COMBATE A CRIMINALIDADE EM GOIÂNIA** desenvolvido pelo AL SD * Antonio Lobianco Neto. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo Tenente João José da Silva Neto, a quem poderei contatar e consultar a qualquer momento que julgar necessário. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é demonstrar a importância da

atividade física para o Policial Militar. Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Minha colaboração se fará por meio de respostas ao **O TRABALHO OSTENSIVO DA PM PARA O COMBATE A CRIMINALIDADE EM GOIÂNIA**. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo pesquisador e/ou seu orientador. Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).